

## ATA REUNIÃO COMUTRAN 21/06/2022

Aos vinte e um dias do mês de junho de 2022 iniciou-se às 19h10 reunião ordinária do Conselho Municipal de Transportes – COMUTRAN, na sede da CPTRANS, à Rua Alberto Torres, 115 – Centro – Petrópolis – RJ, com a presença de 19 (dezenove) membros efetivos do Conselho, sendo 04 representantes do governo, 09 representantes dos operadores de transportes, e 06 representantes da sociedade civil. As ausências dos membros Uillian Faria (Sociedade Civil) e José Carlos Cabral Pereira (Secretaria de Obras) foram devidamente justificadas antes da reunião, e a ausência do Presidente, Sr. Jamil Miguel Sabrá Neto, através de comunicação à secretaria do Conselho, o qual foi substituído pelo Sr. Jorge Fernando Vidar Badia, vice-presidente do conselho. Além destes relacionados participaram da reunião 04 convidados externos ao conselho, a saber: Reinaldo Barros, Isabella Guedes, representando a ACIPE (Associação de Ciclistas de Petrópolis), Rodrigo Kronemberger, representando o Vereador Junior Coruja, Claudia Rufino, representando o Vereador Yuri Moura. Abriu-se a reunião às 19:10h pelo Sr. Jorge Fernando Badia, iniciando o primeiro assunto da pauta: necessidade de se eleger um dos membros da sociedade civil para compor a CIP – Comissão Julgadora de Infrações e Penalidades. Ele explicou que essa comissão é responsável pelo julgamento das infrações de transporte, no qual um dos três membros tem que ser indicado dentre os membros da Sociedade Civil do COMUTRAN. Como naquele momento (19h20), ainda não havia se atingido o quórum mínimo para as votações, que levando-se em conta as cadeiras não nomeadas (31) seria de 16 membros. Para aguardar a chegada de mais membros, promoveu-se a segunda pauta, chamando o Sr. Jorge de Botton para apresentação sobre o histórico da obra da União e Indústria desde o início do processo em 2009 com a Justiça Federal condenando o DNIT a recuperar o trecho de 23km compreendidos entre o início da Avenida Barão do Rio Branco, no Centro, até o km19 da Estrada União e Indústria, em Pedro do Rio, e depois o desenrolar dos processos para contratação de empresas para elaboração dos projetos e execução das obras, finalizando com o início das obras pela empresa Santa Luzia. Ressaltou que o projeto que está sendo executado não contemplou as interseções inicialmente previstas. Citou que dessas, pelo menos 07 eram imprescindíveis, que seriam as do Carangola, que já foi executada parcialmente pela própria prefeitura; do Roseiral, que será executada pelo Atacadão Assaí, como contrapartida pelo empreendimento; retorno de Corrêas, que o DNIT se comprometeu a realizar, mas necessita que a prefeitura desaproprie o espaço próximo à antiga Montreal, retorno de Nogueira, interseção do Hotel Buriti, acesso ao Arranha-Céu e o acesso a Pedro do Rio. Segundo ele, o DNIT teria orçado as obras para 11 interseções, cujo valor total alcançaria cerca de R\$10milhões, as quais seriam financiadas com valor aditivo ao contrato inicial com a empresa Santa Luzia, e que o Município não pode perder a chance de ter esse investimento aplicado. Frisou que a Prefeitura não tem fiscalizado ou acompanhado a execução das obras adequadamente: deu o exemplo da falta de sinalização viária – placas e pintura de piso. Criticou também os redutores de velocidade e as lombadas de travessias de pedestres instaladas na estrada, tantos os antigos quanto os novos, que estão fora dos padrões regulamentados pelo CONTRAN. O Sr. Jorge Fernando Badia interveio mencionando que a CPTRANS tem auxiliado a empresa Santa Luzia, sinalizando alguns pontos críticos de acidentes que não podiam ficar sem sinalização, por aquela empresa não ter material para fazê-la em tempo hábil. Este ressaltou ainda a importância da sociedade civil e do MPF auxiliar nessa fiscalização. A Sra. Carla Rivetti, representante da Setranspetro, agradeceu a participação do sr. Jorge de Botton nesse processo junto ao DNIT, como cidadão; indagou como o COMUTRAN pode ajudá-lo nessa tarefa; mencionou a necessidade de ter mais baias para as paradas dos coletivos urbanos; e solicitou que o Sr. Jorge de Botton faça em breve uma explanação semelhante sobre a BR-40 e CONCERT, o qual respondeu que o COMUTRAN pode encaminhar cartas ou ofícios ao DNIT e à empresa Santa Luzia com as demandas que surgirem em relação às obras. A Sra. Alline Serpa, representando a UCP, afirmou que embora o projeto seja

relevante para o município, criticou o mesmo por ter sido feito orientado pela motorização, apenas restaurando uma infraestrutura já existente, sem levar em conta a ampliação da cidade, com incremento não somente do trânsito rodoviário, mas o trânsito de pedestres e ciclistas. O Sr. Jorge de Botton replicou que quando chegou a levar algumas demandas desse tipo ao DNIT, teria sido informado que o projeto já estava pronto e não haveria mais chance de mudar o seu conceito. Segundo ele, isso revelou uma falta de planejamento do município. A Sra. Izamari Machado, representante da CPTRANS informou ter realizado estudos de microsimação e modelagem no intuito de estimar o tempo perdido pelos coletivos ao passarem em redutores de velocidade, desde a Posse até o Centro da cidade, e a soma do tempo gasto para frear e retomar a velocidade normal, seria de quase meia-hora no trajeto, e que sobre as lombadas estarem fora das normas, informou que a regulamentação para construção delas é recente e foi promulgada após à construção da maioria existente na União e Indústria. Jarbas Braga Neto, representante da sociedade civil, elogiou a apresentação e sugeriu que essas demandas fossem levadas ao Deputado Hugo Leal, que pode ajudar nesses ajustes ao projeto, em especial para o modo ciclovário. O Sr. Evandro Oliveira, representante dos taxistas, indagou quem poderia resolver a questão do ponto de parada de ônibus existente em frente ao Hortomercado, uma vez que ele está mal localizado, junto de um zebraado que estreita e pista, estreitando a pista e formando congestionamentos, e sugeriu convidar representantes da empresa Santa Luzia e do DNIT para participarem de uma reunião deste conselho. O Sr. Rodrigo Kronemberger, representante do Vereador Junior Coruja, reforçou a necessidade da implantação das rotatórias no custo dos R\$10 milhões, sugerindo a inclusão de proibição do giro em Bonsucesso, e a criação de faixa exclusiva para os coletivos desde o Shopping Estação até o Terminal de Itaipava, utilizando parte desses recursos que inicialmente havia sido orçado para obras que já foram encaminhadas, como as rotatórias do Carangola e do Roseiral. O Sr. Jorge Fernando Badia sugeriu como encaminhamento, face o conselho estar com uma nova formação e essas discussões técnicas tomarem muito tempo, a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para acompanhamento dos projetos e obras que estão sendo ou serão executados pelo DNIT. Iniciou-se a discussão para composição desse GT, que após consenso terá a seguinte composição: Jorge de Botton, Jarbas Braga Neto, Alline Serpa, Cláudia Castilhos, uma indicação da Câmara de Vereadores (que será feita posteriormente) e o Sr. Santos Silva, que apesar de não fazer parte do conselho, é o Gerente de Planejamento da CPTRANS e está acompanhando as obras do DNIT, no que diz respeito especialmente à sinalização viária. O Sr. Jorge Fernando Badia sugeriu que a condução dos trabalhos fosse realizada pelo Sr. Jorge de Botton pela sua experiência no assunto, e a Sra. Vilma Seljan, representante da CPTRANS reforçou que todo o encaminhamento feito ao DNIT será em nome do COMUTRAN. Durante o consenso, o Sr. Guilherme Freitas, representante da sociedade civil, questionou o porquê de não se ter autorizado a participação do Sr. Rodrigo Kronemberger nesse GT, uma vez que o texto do atual regimento interno não especifica que somente a figura do “vereador” tem que preencher as duas vagas. A Sra. Vilma Seljan explicou que, juridicamente, a representação de uma câmara legislativa municipal é entendida como sendo obrigatoriamente feita um vereador. O Sr. Evandro Oliveira explicou, adicionalmente, que sempre foram admitidos às reuniões do conselho, representantes ou assessores dos vereadores, mas somente na qualidade de convidados, corroborando assim a necessidade de que haja a indicação posterior de um vereador para compor o GT. O Sr. Guilherme fez questão que constasse na ata que o que a Sra. Vilma Seljan informou era uma interpretação dela e da assessoria jurídica da CPTRANS, e que no meio jurídico, o que não está explícito, cabe à interpretação e que por isso não concordava com a interpretação que ela dava e que ele possuía outra. Não houve por parte dos demais participantes qualquer intervenção ou esclarecimento sobre a questão e a discussão foi encerrada. Às 20h15, voltou-se então ao primeiro assunto da pauta, na questão da votação para a indicação de um membro da sociedade civil para a CIP, uma vez que a essa altura já se havia atingido o quórum mínimo para votação com a presença

dos 19 conselheiros. O Sr. Jorge Fernando Badia fez novamente uma explanação sobre a comissão, informando ter mais de 3.000 processos para serem julgados; que a meta é que haja o julgamento de pelo menos 150 processos por semana; e que o membro eleito terá direito a uma remuneração mensal de R\$950 reais e deve ter disponibilidade de estar presente às reuniões que se dão em dias úteis, em horário comercial. Candidataram-se os seguintes membros: Jorge Lisboa, Jarbas Braga Neto, Cássia Nilce Hammes, Rafael Bragato e Janaína Bernardino. O Sr. Guilherme Freitas fez uma ressalva, dizendo que não havia sentido que a votação de representante da sociedade civil numa comissão seja votada por outros a não ser seus pares, e que só a sociedade civil deveria votar naquele momento e não os empresários e governo. O Sr. Jorge Fernando Badia explicou que a única restrição, nesse caso, seria a candidatura de membros dos operadores, pelos óbvios impedimentos, mas que não havia qualquer restrição a que votassem no candidato que lhes aprovesse. Não havendo outra objeção dos demais participantes da reunião quanto a quais membros poderiam votar ou não, a votação foi iniciada para todos os membros presentes e se deu de forma nominal, por ordem de assinatura da lista de presença, e obteve-se o seguinte resultado: Jarbas Braga Neto: 12 votos; Jorge Lisboa: 04 votos; Cássia Hammes: 02 votos; Rafael Bragato: nenhum voto; Janaína Bernardino: nenhum voto. O Sr. Jorge Fernando Badia se absteve de votar, na qualidade de presidente do conselho na reunião. Proclamou-se então o Sr. Jarbas Braga Neto como indicado do COMUTRAN à CIP. O Sr. Rafael Bragato indagou se seria possível criar uma segunda comissão da CIP para ajudar nos julgamentos, face à enorme quantidade, e o sr. Jorge Fernando Badia informou que isso será analisado mais à frente, após verificar-se a produtividade da atual comissão. Aproveitando o intervalo para preparação do início do terceiro item da pauta, o Sr. Jorge de Botton lembrou sobre a possibilidade das reuniões do COMUTRAN voltarem a ser híbridas. O Sr. Jorge Fernando Badia explicou que inicialmente a proposta era que todas as reuniões do COMUTRAN fossem realizadas na Casa dos Conselhos, onde já se tem estrutura e equipamentos para a realização da reunião na forma híbrida. Porém face à ocupação da Casa dos Conselhos pelo mutirão de recadastramento de famílias para o Aluguel Social, estava-se realizando a reunião na sede da CPTRANS, que não tem os equipamentos necessários. O Sr. Guilherme Freitas sugeriu que a próxima reunião, caso a Casa dos Conselhos ainda esteja ocupada, fosse realizada no Centro de Cultura onde o espaço é mais confortável e tem os equipamentos para isso. Passou-se, então, ao terceiro item da pauta, às 20h30, com a apresentação do Plano Diretor Ciclovitário pela Alline Serpa, que se identificou como representante da UCP, da ACIPE (Associação dos Ciclistas de Petrópolis), e que ia apresentar algumas das realizações desta associação e também da CEMC (Comissão Especial de Mobilidade Cicloviária. Começou sua fala apresentando um histórico sobre o movimento ciclovitário em Petrópolis, iniciado mais formalmente em 2014, com a criação da ciclofaixa na Barão do Rio Branco; que esta ciclofaixa teve problemas desde o início com a ocupação irregular por automóveis estacionados, o que acarretou um acidente de trânsito com um ciclista, que veio a falecer em 2019, tendo essa ocorrência ensejado uma série de esforços por parte de um grupo de ciclistas no sentido de assegurar que esse modo de transporte tenha a devida priorização no município. Em 2020, continuou ela, houve uma aproximação com o DNIT durante a execução das obras na Barão do Rio Branco, e conseguiu-se um redimensionamento das faixas de trânsito para possibilitar que a ciclofaixa tivesse a largura mínima para maior segurança dos ciclistas. Mencionou a implantação da ciclorrota no Centro Histórico, que ainda apresenta algumas falhas na questão de sinalização e posicionamento. Discursou sobre a criação da CEMC, que é presidida pela Vereadora Gilda Beatriz, importante interlocutora para a elaboração de projetos de lei incentivando a mobilidade cicloviária, e que promoveu debates e explicações dos projetos existentes para construção de ciclovias no município, mais especificamente os projetos do PACII. Falou sobre a execução de duas pesquisas nos anos de 2020 e 2021, que ajudaram a traçar o perfil dos ciclistas em Petrópolis. Citou também ações educativas levadas a efeito também nestes dois últimos anos, em parceria com diversos atores. E em 2022, ela afirmou que o

principal trabalho tem sido tentar implantar alguns projetos e soluções de infraestrutura cicloviária, aproveitando a execução das obras de recuperação do Centro Histórico decorrentes das chuvas de fevereiro e março. Aliado a isso, surgiu também em 2022, ideias de implantação de infraestruturas experimentais, com equipamentos temporários e removíveis, no sentido de testar os espaços conciliados para os diversos atores: ciclistas, pedestres e veículos motorizados. Terminou sua fala, mencionando a necessidade de elaboração de manuais técnicos específicos para a mobilidade cicloviária em Petrópolis, que possui peculiaridades que não são mencionados nos manuais existentes. O Sr. Jorge de Boton pediu a palavra e disse ser necessário olhar os distritos, como principal vetor de crescimento da cidade; que há projeto de lei parado na Câmara para regulamentar os EIV's (Estudo de Impacto Viário), e que esse projeto de lei é de fundamental importância para que possa ser exigido dos novos empreendimentos contrapartidas que possam beneficiar o transporte cicloviário. A Sra. Janaína Bernardino falou sobre estrangulamento de pista na Barão por conta das obras de recuperação das margens do Rio Piabanha, que pode ocasionar acidentes com ciclistas. O Sr. Jorge Lisboa mencionou a necessidade de estudos na área de cargas, em especial em proposições para a construção de um terminal de cargas, a fim de se evitar tráfego de veículos pesados nas vias internas do município, o que irá auxiliar a segurança viária, em especial dos ciclistas. O Sr. Jarbas Braga Neto sugeriu a inclusão da ACIPE numa cadeira cativa no COMUTRAN, quando fosse proposta um novo regimento interno para este conselho. A Sra. Isabela Alves, representando a ACIPE reforçou a fala do Sr. Jorge de Botton, no sentido da necessidade de utilização de instrumentos urbanísticos para auxiliar o planejamento urbano e garantir o devido espaço e priorização aos modos não-motorizados. Seguiu-se o último item da pauta - Assuntos Gerais. O Sr. Rodrigo Kronemberger, reclamou sobre a operação da Viação TURP aos finais de semana, com espaçamento dos horários dos coletivos da linha troncal 700 e retirada dos coletivos da linha 600. Reclamou ainda sobre a falta de cobrador em alguns coletivos urbanos, citando sobre conflitos de legislação de âmbito estadual e municipal. A Sra. Carla Rivetti replicou, informando haver uma medida cautelar que suspendeu as ações da lei municipal e que a lei que está em vigor é a 7243/2014, que permite a circulação de coletivos sem a presença de cobrador. O Sr. Jorge Fernando Badia informou que irá registrar as reclamações feitas e dar uma resposta futura, após análise jurídica do fato, no sentido de qual será o posicionamento da CPTRANS como agente fiscalizador. O Sr. Jarbas Braga Neto sugeriu aproveitar a sinalização que está sendo realizada em Itaipava para implantar alguma infraestrutura cicloviária no local. O Sr. Jorge Fernando Badia informou que levará o assunto ao Sr. Santos Silva, Gerente de Planejamento, que é o atual interlocutor da CPTRANS nas obras do DNIT. A Sra. Vilma Seljan informou aos presentes que a atual secretária, Izamari Machado, deixará o conselho a partir de 01/07/2022 e será substituída pelo Sr. Aguinaldo Augusto de Mello Junior. Não havendo mais falas e mais nada a ser deliberado, a reunião foi encerrada às 21h10, e eu, Izamari Machado, subscrevo a mesma, juntamente com o Vice-presidente do COMUTRAN.

**JORGE FERNANDO VIDART BADIA**  
Vice-presidente do COMUTRAN

**IZAMARI MACHADO**  
Secretária do COMUTRAN